

## EDITAL N.º 1, DE 24 DE AGOSTO DE 1999

O Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, no uso das atribuições delegadas pelo Ato MP STJ n.º 305, de 12 de agosto de 1999, torna público que será realizado Concurso para provimento de cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso será regido por este Edital, executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília CESPE/UnB e realizado em Brasília/DF.

1.2. A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá o exame de conhecimentos e habilidades, mediante provas objetivas e práticas, de acordo com as peculiaridades de cada cargo/área/especialidade/ramo.

1.3. O Concurso destina-se a selecionar candidatos para provimento de cargos, conforme oferta de vagas constante deste Edital, e para formação de cadastro-reserva.

### 2. DOS CARGOS

#### 2.1. CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO (NÍVEL SUPERIOR)

ÁREA JUDICIÁRIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Direito devidamente registrado. VAGAS: 100 (cem) vagas. DESCRIÇÃO

SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas ao recebimento, análise e processamento de petições e feitos, à verificação de prazos processuais, à juntada de petições aos autos, à análise, classificação, cálculo, atualização e contabilização de valores, à preparação de proposta orçamentária de precatórios, à análise, indexação e pesquisa de jurisprudência, bem como à realização de estudos e elaboração de minutas de relatório.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade INFORMÁTICA REQUISITO:

Diploma ou certificado de curso superior completo, graduação ou mestrado na área de informática ou, ainda, cursos suplementares de informática compatíveis com o currículo do curso de formação de analista de sistema. VAGAS: 16 (dezesesseis) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas ao planejamento, implantação e manutenção de sistemas de informação e da plataforma tecnológica necessária ao seu funcionamento.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade SERVIÇO SOCIAL REQUISITO:

Diploma ou certificado de curso superior em Serviço Social, devidamente registrado, e registro no órgão de classe. VAGAS: 2 (duas) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas ao planejamento, execução e avaliação de ações que visem à integração do indivíduo ao ambiente social.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade BIBLIOTECONOMIA

REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em

Biblioteconomia, devidamente registrado, e registro no órgão de

classe. VAGAS: 2 (duas) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Realizar atividades relacionadas à classificação, catalogação,

indexação, divulgação e manutenção do acervo bibliográfico, bem como

à recuperação e disseminação de informações e ao atendimento ao

usuário.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade ENFERMAGEM REQUISITO:

Diploma ou certificado de curso superior em Enfermagem, devidamente

registrado, e registro no órgão de classe. VAGAS: 2 (duas) vagas.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas

ao planejamento, coordenação, execução, supervisão e avaliação dos

serviços de enfermagem.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade MEDICINA RAMO: PEDIATRIA

REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Medicina,

devidamente registrado; registro no órgão de classe; experiência de

dois anos no ramo específico; e certificado de residência médica em

instituição reconhecida pelo MEC ou título de especialista, de

mestre ou de doutor no ramo específico. VAGAS: 1 (uma) vaga.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à

assistência médica preventiva e curativa, no ramo específico e em

clínica geral, bem como à realização de perícias médicas. RAMO:

CLÍNICA GERAL REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em

Medicina, devidamente registrado; registro no órgão de classe;

experiência de dois anos no ramo específico; e certificado de

residência médica em instituição reconhecida pelo MEC ou título de

especialista, de mestre ou de doutor no ramo específico. VAGAS: 1

(uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades

relacionadas à assistência médica preventiva e curativa, bem como à

realização de perícias médicas. RAMO: CARDIOLOGIA REQUISITO: Diploma

ou certificado de curso superior em Medicina, devidamente

registrado; registro no órgão de classe; experiência de dois anos no

ramo específico; e certificado de residência médica em instituição

reconhecida pelo MEC ou título de especialista, de mestre ou de

doutor no ramo específico. VAGAS: 1 (uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA

DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência

médica preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral,

bem como à realização de perícias médicas. RAMO: ORTOPEDIA

REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Medicina,

devidamente registrado; registro no órgão de classe; experiência de

dois anos no ramo específico; e certificado de residência médica em

instituição reconhecida pelo MEC ou título de especialista, de mestre ou de doutor no ramo específico. VAGAS: 1 (uma) vaga.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência médica preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral, bem como à realização de perícias médicas. RAMO:

PSIQUIATRIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Medicina, devidamente registrado; registro no órgão de classe;

experiência de dois anos no ramo específico; e certificado de residência médica em instituição reconhecida pelo MEC ou título de especialista, de mestre ou de doutor no ramo específico. VAGAS: 1

(uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência médica preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral, bem como à realização de perícias

médicas. RAMO: GINECOLOGIA OBSTETRÍCIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Medicina, devidamente registrado;

registro no órgão de classe; experiência de dois anos no ramo específico; e certificado de residência médica em instituição

reconhecida pelo MEC ou título de especialista, de mestre ou de doutor no ramo específico. VAGAS: 1 (uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA

DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência médica preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral, bem como à realização de perícias médicas.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade NUTRIÇÃO REQUISITO:

Diploma ou certificado de curso superior em Nutrição, devidamente registrado, e registro no órgão de classe. VAGAS: 2 (duas) vagas.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas ao planejamento, coordenação e supervisão de serviços e programas de nutrição.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade ODONTOLOGIA RAMO:

DENTÍSTICA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Odontologia, devidamente registrado, registro no órgão de classe,

experiência de três anos no ramo específico e título de especialista, de mestre ou de doutor, no ramo específico, registrado

no conselho competente. VAGAS: 2 (duas) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência

odontológica, preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica

geral. RAMO: ENDODONTIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Odontologia, devidamente registrado, registro no órgão

de classe, experiência de três anos no ramo específico e título de especialista, de mestre ou de doutor, no ramo específico, registrado

no conselho competente. VAGAS: 1 (uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência

odontológica, preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral. RAMO: ODONTOPEDIATRIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Odontologia, devidamente registrado, registro no órgão de classe, experiência de três anos no ramo específico e título de especialista, de mestre ou de doutor, no ramo específico, registrado no conselho competente. VAGAS: 1 (uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência odontológica, preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral. RAMO: PERIODONTIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Odontologia, devidamente registrado, registro no órgão de classe, experiência de três anos no ramo específico e título de especialista, de mestre ou de doutor, no ramo específico, registrado no conselho competente. VAGAS: 1 (uma) vaga. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à assistência odontológica, preventiva e curativa, no ramo específico e em clínica geral.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade COMUNICAÇÃO SOCIAL RAMO: JORNALISMO REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Comunicação Social, devidamente registrado. VAGAS: 3 (três) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas à divulgação da competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça, elaboração e divulgação de matérias de interesse institucional, seleção e editoração de notícias da imprensa nacional, redação de notícias sobre assuntos relevantes e eventos do STJ a serem veiculados na mídia e atendimento de jornalistas.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade FISIOTERAPIA REQUISITO: Diploma ou certificado de curso superior em Fisioterapia, devidamente registrado, e registro no órgão de classe. VAGAS: 4 (quatro) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Realizar atividades relacionadas a métodos e técnicas fisioterápicas, com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente, após o diagnóstico e encaminhamento médico.

## 2.2. CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO (NÍVEL MÉDIO)

ÁREA ADMINISTRATIVA REQUISITO: Diploma ou certificado de conclusão de curso de 2.º grau, devidamente registrado. VAGAS: 48 (quarenta e oito) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Executar tarefas relacionadas à operação em microcomputador, redação de expedientes, bem como ao arquivo de documentos.

ÁREA SERVIÇOS GERAIS Especialidade SEGURANÇA REQUISITO: Diploma ou certificado de conclusão de curso de 2.º grau, devidamente registrado, e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D". VAGAS: 5 (cinco) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Executar

tarefas relacionadas à segurança pessoal de magistrados, autoridades, servidores e demais pessoas nas dependências do STJ, à segurança patrimonial e das comunicações, bem como à condução de veículos automotores.

ÁREA SERVIÇOS GERAIS Especialidade TRANSPORTE REQUISITO: Diploma ou certificado de conclusão de curso de 2.º grau, devidamente registrado, e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D".

VAGAS: 16 (dezesesseis) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Executar tarefas relacionadas à condução de veículos automotores utilizados no transporte oficial de autoridades, servidores, documentos e materiais.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade ENFERMAGEM REQUISITO: Diploma ou certificado de conclusão de curso técnico em nível de 2.

o

grau, devidamente registrado. VAGAS: 11 (onze) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Executar tarefas relacionadas às atividades de apoio ao tratamento de enfermagem e recepção de pacientes.

ÁREA APOIO ESPECIALIZADO Especialidade INFORMÁTICA REQUISITO: Diploma ou certificado de conclusão de curso de 2.º grau, devidamente registrado, e habilitação em curso de programação.

VAGAS: 25 (vinte e cinco) vagas. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Executar tarefas relacionadas à elaboração, teste, codificação e documentação de programas, manutenção de software básico e utilização de ferramental técnico.

### 3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. Das vagas destinadas a cada categoria funcional, 5% (cinco por cento) serão providas na forma do § 2.º do art. 5.º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando for o caso.

3.2. Na aplicação do percentual a que se refere o subitem anterior, quando o resultado for fração de um número inteiro, arredondar-se-ão as vagas para o número inteiro imediatamente posterior se a parte fracionária for igual ou maior do que 0,5 e para número inteiro imediatamente anterior se a parte fracionária for inferior a 0,5.

3.3. As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais concursandos, observada a ordem de classificação.

3.4. Aos candidatos abrangidos pelo § 2.º do art. 5.º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é assegurado o direito de se inscreverem nessa condição, declarando serem portadores de deficiência e submeterem-se, se convocados, à perícia médica promovida pelo CESPE/UnB, que terá decisão terminativa sobre a

qualificação do candidato com deficiência ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.5. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6. Os portadores de deficiência participarão em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.7. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem portadores de deficiência, se classificados nas provas de conhecimentos, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

#### 4. DA REMUNERAÇÃO

4.1. Cargos de Nível Superior: R\$ 1.142,32 (mil cento e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos).

4.2. Cargos de Nível Médio: R\$ 682,73 (seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos).

#### 5. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

5.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, §1.º, da Constituição.

5.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares.

5.3. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e registro no órgão de classe, conforme indicado nos subitens 2.1 e 2.2.

5.4. Ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse.

5.5. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

#### 6. DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO

6.1. PERÍODO: de 13 a 17 de setembro de 1999.

6.2. HORÁRIO: Horário de atendimento bancário.

6.3 LOCAIS DE INSCRIÇÃO: Agências da Caixa Econômica Federal (CEF) listadas no Anexo I deste Edital.

6.4. VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), para os cargos de nível superior.

R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para os cargos de nível médio.

#### 6.5. DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

6.5.1. No ato da inscrição o candidato deverá:

6.5.1.1. preencher o formulário fornecido nas agências da CEF listadas no Anexo I deste Edital;

6.5.1.2. pagar a taxa de inscrição;

6.5.1.3. apresentar cópia legível, recente e em bom estado do documento de identidade, a qual será retida. É obrigatória a apresentação do documento de identidade original nos dias e locais de realização das provas.

6.5.2. O formulário de inscrição será recebido por um funcionário da CEF, que emitirá o comprovante de inscrição e fará a entrega das Instruções ao Candidato.

6.6. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc. ); carteira de identidade para estrangeiros expedida pelo órgão de identificação do Distrito Federal, Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Departamento de Polícia Federal e Delegacia Regional dos Estados; passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valem como identidade; carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.6.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

6.7. O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição, que os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no presente Edital serão apresentados por ocasião da posse.

6.8. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova, nomeação e posse do candidato, desde que verificada qualquer falsidade nas declarações ou irregularidades nas provas ou nos documentos apresentados.

6.9. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

6.10. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no processo seletivo.

6.11. Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.

6.12. Caso o cheque utilizado para o pagamento da inscrição seja devolvido por qualquer motivo o CESPE/UnB reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis.

#### 6.13. DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

6.13.1. Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração do interessado, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato. Esses documentos serão retidos. Não há

necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

6.13.2. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

#### 6.14. DA INSCRIÇÃO POR VIA POSTAL

6.14.1. Será aceita solicitação de inscrição por meio de SEDEX (Encomenda Expressa) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, endereçada ao CESPE Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, Campus Universitário Darcy Ribeiro Caixa Postal 04521 Asa Norte CEP 70910-900 Brasília/DF, desde que o envelope contenha:

- a) solicitação de inscrição datada e assinada, conforme o modelo definido no Anexo II deste Edital;
- b) cópia legível do documento de identidade, cujo original deverá ser apresentado nos dias e locais de realização das provas;
- c) cheque nominativo emitido pelo próprio candidato, em favor do CESPE/UnB, no valor da inscrição.

6.14.2. Somente serão aceitas as solicitações de inscrição que sejam postadas até o último dia do período de inscrição.

6.14.3. Aos candidatos que se inscreverem por via postal serão enviados pelo CESPE/UnB, também por via postal, o comprovante de inscrição e as Instruções ao Candidato.

#### 6.15. DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

6.15.1. Será admitida a inscrição via Internet, no endereço <http://www.cespe.unb.br/stj199>, solicitada no período entre 8 horas

do dia 13 de setembro e 20 horas do dia 17 de setembro de 1999.

6.15.1.1. O CESPE/UnB não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

6.15.2. A taxa de inscrição dos candidatos inscritos via Internet deverá obrigatoriamente ser paga por meio de cartão de crédito VISA, MASTERCARD ou DINERS.

6.15.3. As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após emissão do comprovante de operação pela administradora do cartão de crédito.

6.15.4. As Instruções ao Candidato, bem como o comprovante de inscrição dos candidatos inscritos via Internet, estarão disponíveis no endereço eletrônico supracitado, após o acatamento das



inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desses documentos.

6.15.5. Os candidatos inscritos via Internet não deverão enviar cópia do documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos os dados cadastrais informados no ato da inscrição.

6.15.6. Informações complementares acerca da inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico do CESPE/UnB.

6.16. As informações prestadas no formulário ou na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

6.17. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

6.18. O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização das provas.

6.19. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.20. Não serão aceitas inscrições via fax e/ou correio eletrônico.

6.21. Os candidatos que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverão solicitá-lo ao CESPE/UnB, por escrito, até o dia 24 de setembro de 1999.

6.21.1. As solicitações de que trata o subitem 6.21 deverão especificar claramente os recursos especiais (materiais, equipamentos etc. ) necessários e estar acompanhadas de laudo médico que as justifique.

6.21.2. Solicitações incompletas, incompreensíveis ou feitas após o dia 24 de setembro de 1999 não serão atendidas.

6.21.3. As solicitações de recursos especiais (materiais, equipamentos etc. ) serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 7. DAS PROVAS

7.1. As provas serão aplicadas em Brasília/DF, em locais e horários a serem divulgados oportunamente.

7.2. Por ocasião da realização de qualquer uma das provas, o candidato que não apresentar o documento de identidade original e, para prova prática de direção, a Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D" original, na forma definida neste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

7.3. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação, não sendo aceita

cópia, ainda que autenticada.

7.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original.

7.5. Após a hora fixada para o início das provas, não se admitirá o ingresso de qualquer candidato aos locais de sua realização.

7.6. A ausência do candidato a qualquer uma das provas do Concurso de que trata este Edital acarretará a sua eliminação do Concurso.

7.7. O CESPE procederá, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos durante a realização das provas objetivas e da prova prática.

7.8. Não será aplicada prova, em hipótese alguma, fora do espaço físico, datas e horários predeterminados em edital ou em comunicado. Também não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo no caso de candidato inscrito segundo o subitem 3.1, se a deficiência impossibilitar a marcação pelo candidato.

7.9. Não haverá segunda chamada para qualquer uma das provas previstas para o Concurso.

7.10. Acarretará a eliminação do candidato do processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas para a realização das provas definidas neste Edital ou em outros relativos ao Concurso, nos comunicados, nas Instruções ao Candidato ou nas instruções constantes de cada prova, bem como o tratamento incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.11. Não será permitida a entrada de candidatos nos locais de provas portando armas ou aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador etc. ).

7.12. Durante a realização das provas, não será permitida espécie alguma de consulta ou comunicação entre os candidatos nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

7.13. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de

quaisquer das provas;

c) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos;

d) faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;

e) fazer a anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio;

f) se recusar a entregar o material de prova ao término do tempo da prova.

## 8. DAS PROVAS DE CONHECIMENTO

8.1. Serão aplicadas provas objetivas e prática, abrangendo o conteúdo programático definido neste Edital, conforme o quadro:

ANALISTA JUDICIÁRIO: Área Judiciária

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva	Língua Portuguesa	15	
---------------	-------------------	----	--

ELIMINATÓRIO E

(P2) Objetiva	Conhecimentos Específicos	30	
---------------	---------------------------	----	--

CLASSIFICATÓRIO

(P3) Objetiva	Legislação Aplicada ao STJ	5	
---------------	----------------------------	---	--

ANALISTA JUDICIÁRIO: Área Apoio Especializado Especialidade Informática

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva	Língua Portuguesa	10	
---------------	-------------------	----	--

(P2) Objetiva	Língua Inglesa	5	ELIMINATÓRIO E
---------------	----------------	---	----------------

(P3) Objetiva	Conhecimentos Específicos	25	CLASSIFICATÓRIO
---------------	---------------------------	----	-----------------

(P4) Objetiva	Legislação Aplicada ao STJ	5	
---------------	----------------------------	---	--

ANALISTA JUDICIÁRIO: Área Apoio Especializado Especialidades Serviço Social, Biblioteconomia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Comunicação Social Ramo Jornalismo e Medicina Ramo Clínica Geral

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva	Língua Portuguesa	15	ELIMINATÓRIO E
---------------	-------------------	----	----------------

(P2) Objetiva	Conhecimentos Específicos	25	CLASSIFICATÓRIO
---------------	---------------------------	----	-----------------

(P3) Objetiva	Legislação Aplicada ao STJ	5	
---------------	----------------------------	---	--

ANALISTA JUDICIÁRIO: Área Apoio Especializado Especialidade Medicina Ramos Pediatria, Cardiologia, Ortopedia,

GinecologiaObstetrícia e Psiquiatria; Especialidade Odontologia

Ramos Dentística, Endodontia, Odontopediatria e Periodontia

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva	Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO E
---------------	-------------------	----	----------------

(P2) Objetiva	Conhecimentos Gerais	10	
---------------	----------------------	----	--

## CLASSIFICATÓRIO

(P3) Objetiva Conhecimentos Específicos 20

(P4) Objetiva Legislação Aplicada ao STJ 5

TÉCNICO JUDICIÁRIO: Área Administrativa

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva Língua Portuguesa	15	ELIMINATÓRIO E	
---------------------------------	----	----------------	--

(P2) Objetiva Conhecimentos Gerais e Específicos	30		
--	----	--	--

(P3) Objetiva Legislação Aplicada ao STJ	5		
--	---	--	--

## CLASSIFICATÓRIO

(P4) Prática Digitação --

TÉCNICO JUDICIÁRIO: Área Serviços Gerais Especialidade Segurança

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva Língua Portuguesa	15	ELIMINATÓRIO E	
---------------------------------	----	----------------	--

(P2) Objetiva Conhecimentos Gerais e Específicos	25		
--	----	--	--

(P3) Objetiva Legislação Aplicada ao STJ	5		
--	---	--	--

## CLASSIFICATÓRIO

(P4) Prática Capacidade Física -- ELIMINATÓRIO

TÉCNICO JUDICIÁRIO: Área Serviços Gerais Especialidade

Transporte

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva Língua Portuguesa	15	ELIMINATÓRIO E	
---------------------------------	----	----------------	--

(P2) Objetiva Conhecimentos Gerais e Específicos	25		
--	----	--	--

(P3) Objetiva Legislação Aplicada ao STJ	5		
--	---	--	--

## CLASSIFICATÓRIO

(P4) Prática Direção -- ELIMINATÓRIO

TÉCNICO JUDICIÁRIO: Área Apoio Especializado Especialidade

Enfermagem

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva Língua Portuguesa	15	ELIMINATÓRIO E	
---------------------------------	----	----------------	--

(P2) Objetiva Conhecimentos Gerais e Específicos	25		
--	----	--	--

(P3) Objetiva Legislação Aplicada ao STJ	5	CLASSIFICATÓRIO	
--	---	-----------------	--

TÉCNICO JUDICIÁRIO: Área Apoio Especializado Especialidade

Informática

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º QUESTÕES	CARÁTER
------------	----------------------	--------------	---------

(P1) Objetiva Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO E	
---------------------------------	----	----------------	--

(P2) Objetiva Língua Inglesa	5	CLASSIFICATÓRIO	
------------------------------	---	-----------------	--

(P3) Objetiva Conhecimentos Gerais e Específicos	25		
--	----	--	--

(P4) Objetiva Legislação Aplicada ao STJ	5		
--	---	--	--

8.2. As provas objetivas serão aplicadas no dia 24 de outubro de 1999, no período da manhã para os cargos de Nível Superior e no período da tarde para os cargos de Nível Médio em locais e horários a serem publicados no dia 18 de outubro de 1999 no Diário Oficial.

### 8.3. DAS PROVAS OBJETIVAS

8.3.1. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta. A letra F, na Folha de Respostas, servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implica apenação ao candidato.

8.3.2. O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas nas Instruções ao Candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

8.3.3. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com as Instruções ao Candidato, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

8.3.3.1. Não serão consideradas para correção as marcações feitas na Folha de Rascunho. A Folha de Rascunho é de preenchimento facultativo e devolução obrigatória.

8.3.4. O candidato somente poderá retirar-se do local de prova levando o Caderno de Provas no decurso da última hora antes do horário previsto para o seu término.

### 9. DA PROVA PRÁTICA DE DIGITAÇÃO

9.1. Será aplicada prova prática de digitação aos candidatos ao cargo de Técnico Judiciário Área Administrativa.

9.2. A prova prática de digitação terá caráter eliminatório e classificatório, sendo automaticamente eliminado do Concurso o candidato que não comparecer à referida prova, por caracterizar abandono do Concurso.

9.3. A prova prática terá o valor de 8 (oito) pontos e constará de digitação de um texto predefinido de aproximadamente 2.000 (dois mil) caracteres, em computador compatível com IBM/PC. O candidato deverá estar apto a digitar em qualquer tipo de teclado.

9.4. Os locais, horários e outras informações a respeito da prova prática de digitação constarão do Edital de convocação.

9.5. Não será permitida, em hipótese alguma, a interferência e/ou participação de terceiros na realização da prova prática.

### 9.6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A PROVA PRÁTICA DE DIGITAÇÃO

9.6.1. A prova será avaliada quanto à produção (número de toques líquidos por minuto) e aos erros (número e tipo de erro cometido na transcrição do texto), conforme aplicação da seguinte fórmula:

$NTL = (NTB - (ERROS \times 3))/10$ , em que:

NTL = número de toques líquidos;

NTB = número de toques brutos, que corresponde à totalização dos toques dados pelo candidato;

ERROS = inversão, omissão ou excesso de letras, sinais e acentos; letras, sinais e acentos errados; falta de espaço entre palavras; duplicação de letras; espaço a mais entre palavras ou letras; falta ou uso indevido de maiúsculas; parágrafos desiguais; falta de parágrafos; colocação de parágrafo onde não existe.

9.6.2. Será computado 1 (um) erro para cada ocorrência citada anteriormente, considerando-se erro cada toque em discordância com o texto original.

9.6.3. A nota da prova prática de digitação será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$NPD = (4,0 \times (NTL - 100))/(MNTL - 100) + 4,0$

em que:

NPD = nota da prova prática de digitação;

NTL = número de toques líquidos do candidato;

MNTL = maior número de toques líquidos entre os candidatos ao mesmo cargo/área/especialidade.

9.6.4. Aos candidatos que não alcançarem o mínimo de 100 (cem) toques líquidos, será atribuída nota zero.

9.6.5. Serão aprovados na prova prática de digitação os candidatos que obtiverem pelo menos 4,0 (quatro) pontos.

## 10. DA PROVA PRÁTICA DE DIREÇÃO

10.1. Será aplicada prova prática de direção aos candidatos ao cargo de Técnico Judiciário Área Serviços Gerais especialidade Transporte.

10.2. A prova prática de direção terá caráter eliminatório, sendo automaticamente eliminado do Concurso o candidato que não comparecer à referida prova, por caracterizar abandono do Concurso.

10.3. A prova prática terá o valor de 25 pontos e a duração de 30 minutos e consistirá de verificação da prática de direção, em percurso a ser determinado por ocasião da realização da prova.

10.4. O candidato ao cargo de Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Transporte convocado para a prova prática de direção obrigatoriamente deverá comparecer para a realização da referida prova portando a carteira de habilitação categoria "D" e documento de identidade originais.

10.5. Os locais, horários e outras informações a respeito da prova prática de direção constarão do Edital de convocação.

10.6. Não será permitida, em hipótese alguma, a interferência de terceiros na realização da prova prática de direção.

#### 10.7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A PROVA PRÁTICA DE DIREÇÃO

10.7.1. A prova terá o valor de 25 pontos e consistirá de verificação da prática de direção em percurso que será determinado por ocasião da realização da prova.

10.7.2. Na prova prática de direção serão avaliados o desempenho e a prática de direção, observando-se 25 itens, que se constituem em faltas, conforme discriminação abaixo:

10.7.2.1. Faltas graves = 20 pontos (16 itens com valor unitário de 1,25 pontos). Serão consideradas faltas graves: Descontrolar-se nos aclives, declives ou plano. Entrar nas vias preferenciais sem o devido cuidado. Usar a contramão de direção. Subir em calçada destinada ao trânsito de pedestres ou nela estacionar. Não observar as regras de passagem, ultrapassagem, preferência de via e mudança de direção. Não observar a sinalização da via, na via ou a permitida para a via. Exceder a velocidade prevista para a via. Negligenciar o domínio do veículo em movimento. Deixar a porta aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dele. Não observar a preferência do pedestre que estiver atravessando a via. Fazer a sinalização devida incorretamente ou deixar de fazê-la. Executar o percurso da prova ou parte dele sem estar o freio de mão inteiramente livre. Usar o pedal de embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens. Desengrenar o veículo quando em movimento. Apoiar o pé na embreagem, com o veículo engrenado e em movimento. Engrenar as marchas incorretamente.

10.7.2.2. Faltas médias = 4 pontos (5 itens com valor unitário de 0,8 pontos). Serão consideradas faltas médias: Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via. Interromper o funcionamento do motor, após o início da prova, sem justa razão. Frear incorretamente o veículo. Fazer conversões para a direita ou para a esquerda com imperfeição. Descontrolar-se na direção do veículo, provocando movimento irregular.

10.7.2.3. Faltas leves = 1 ponto (4 itens com valor unitário de 0,25 pontos). Serão consideradas faltas leves: Colocar o veículo em movimento sem ajustar o cinto de segurança. Colocar o veículo em movimento sem ajustar corretamente o banco destinado ao condutor. Colocar o veículo em movimento sem regular corretamente os espelhos retrovisores. Não estacionar o veículo à distância aproximada de 20 cm da faixa ou do meio fio.

10.7.3. Cada falta cometida será contada quantas vezes ocorrer.

10.7.4. O resultado desta etapa será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$NP = 25 - F$$

, em que:

NP = nota da prova;

F = somatório dos valores das faltas cometidas.

10.7.5. Aos candidatos que obtiverem  $NP < 0$ , será atribuída nota zero.

10.7.6. Serão aprovados na prova prática de direção os candidatos que obtiverem pelo menos 12,5 (doze vírgula cinco) pontos.

## 11. DA PROVA PRÁTICA DE CAPACIDADE FÍSICA

11.1. Será aplicada prova prática de capacidade física aos candidatos ao cargo de Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidade Segurança.

11.2. A prova prática de capacidade física terá caráter eliminatório, sendo automaticamente eliminado do Concurso o candidato que não comparecer à referida prova, por caracterizar abandono do Concurso.

11.3. A prova prática de aptidão física visa a aferir a capacidade mínima necessária para suportar, física e organicamente, as exigências do cargo e consistirá em submeter os candidatos a testes, conforme a tabela a seguir, sendo todos de caráter eliminatório, devendo o candidato atingir o desempenho mínimo em cada um, para ser considerado apto.

### 11.4. TABELA DE AVALIAÇÃO

TESTE    DESEMPENHO MÍNIMO

MASCULINO    FEMININO

Salto em distância    3,00 m    2,50 m

Corrida de 12 minutos    2.200 m    1.900 m

Corrida de 100 m rasos    16 s    18 s

### 11.5. ESPECIFICAÇÕES DOS TESTES

#### 11.5.1. SALTO EM DISTÂNCIA

a) Consistirá em o candidato saltar, a partir da marca estipulada na pista (Tábua de Impulsão), a marca mínima ou superior à estabelecida na tabela de avaliação.

b) Será considerado apto, neste teste, o candidato que atingir o desempenho mínimo estabelecido de acordo com o sexo, conforme tabela de avaliação.

c) A medição do salto será da linha da Tábua de Impulsão mais próxima da caixa de areia ou seu prolongamento (linha de medição), até o ponto de queda mais próximo feito por qualquer parte do corpo



do candidato na caixa de areia.

d) A medição (alínea c) deve ser perpendicular à linha de medição ou de seu prolongamento.

e) O candidato poderá correr a distância que quiser para tomar impulso e poderá interromper a corrida desde que não ultrapasse a linha de medição ou seu prolongamento, dentro dos limites da pista.

f) O candidato que, na corrida de impulso, ultrapassar a linha de medição inicial ou seu prolongamento, dentro dos limites da pista, terá o salto anulado, considerando-se uma tentativa.

g) O candidato terá direito a três tentativas para atingir o desempenho mínimo, contando-se como tentativas os saltos anulados.

h) O candidato deverá parar no salto em que atingir o desempenho mínimo ou no caso de esgotar as três tentativas sem atingi-lo.

#### 11.5.2. CORRIDA DE 12 MINUTOS

a) Consistirá em o candidato percorrer, durante 12 (doze) minutos, a distância mínima estabelecida pela tabela de avaliação, consoante o subitem 11.4, em única tentativa.

b) Será considerado apto, neste teste, o candidato que atingir o desempenho mínimo da tabela, no tempo de 12 (doze) minutos.

c) O candidato que atingir o desempenho mínimo estabelecido na tabela, antes de decorridos os 12 (doze) minutos, não deverá abandonar a pista ou retroceder, devendo aguardar a liberação pelo examinador.

d) O candidato poderá fazer o percurso em qualquer ritmo, condicionando ou intercalando a corrida com caminhada, podendo parar e depois dar continuidade à corrida, desde que não abandone a pista.

e) O candidato que abandonar a pista, der ou receber ajuda (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc. ) será considerado inapto.

#### 11.5.3. CORRIDA DE 100 METROS RASOS

a) O candidato deverá percorrer a distância de 100 (cem) metros, no tempo máximo de 16 (dezesesseis) segundos, se for do sexo masculino, ou de 18 (dezoito) segundos, se for do sexo feminino, em única tentativa.

b) Somente será permitida uma única tentativa no teste de 100 metros.

11.6. Será de exclusiva responsabilidade do candidato a escolha do traje e do calçado a serem utilizados nos testes, não sendo aceitas reclamações posteriores.

11.7. No dia da realização da prova prática de aptidão física, o candidato será identificado mediante a apresentação do comprovante de inscrição, acompanhado do documento de identidade original, e

assinará a ficha de avaliação individual, no início da prova, na presença dos examinadores.

11.8. Os casos de alteração psicológica ou fisiológica temporários (estados menstruais, luxações, fraturas etc. ) que impossibilitem a realização das provas ou diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.

11.9. Será considerado inapto e, conseqüentemente, eliminado do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física necessária ao exercício do cargo.

## 12. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

12.1. A nota do candidato em cada prova objetiva ( ) será calculada da seguinte forma:

$$NP_i = QC - (QE/4)$$

em que:

QC é o número de questões da Folha de Respostas concordantes com o gabarito oficial definitivo;

QE é o número de questões da Folha de Respostas discordantes do gabarito oficial definitivo.

12.2. A Nota Final das Provas Objetivas (NFPO) será a soma algébrica das notas obtidas em todas as provas objetivas.

12.3. Para o cargo de Analista Judiciário Área Judiciária, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1 e/ou P2;
- b) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P3;
- c) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.4. Para o cargo de Analista Judiciário Área Apoio Especializado Especialidade Informática, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1 e/ou P3;
- b) obtiver nota inferior ou igual a 0 (zero) em P2;
- c) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P4;
- d) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.5. Para o cargo de Analista Judiciário Área Apoio Especializado Especialidades Serviço Social, Biblioteconomia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Comunicação Social Ramo Jornalismo e Medicina Ramo Clínica Geral, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1 e/ou P2;

- b) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P3;
- c) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.6. Para o cargo de Analista Judiciário Área Apoio Especializado Especialidade Medicina Ramos Pediatria, Cardiologia, Ortopedia, GinecologiaObstetrícia e Psiquiatria; Especialidade Odontologia Ramos Dentística, Endodontia, Odontopediatria e Periodontia, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1, P2 e/ou P3;
- b) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P4;
- c) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.7. Para o cargo de Técnico Judiciário Área Administrativa, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1 e/ou P2;
- b) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P3;
- c) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.8. Para o cargo de Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidades Segurança e Transporte e Área Apoio Especializado Especialidade Enfermagem, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1 e/ou P2;
- b) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P3;
- c) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.9. Para o cargo de Técnico Judiciário Área Apoio Especializado Especialidade Informática, será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

- a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P1 e/ou P3;
- b) obtiver nota inferior ou igual a 0 (zero) em P2;
- c) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em P4;
- d) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas (NFPO).

12.10. Os candidatos não-eliminados segundo os critérios definidos nos subitens 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8 e 12.9 serão ordenados, por cargo/área/especialidade/ramo, de acordo com os valores decrescentes das Notas Finais das Provas Objetivas (NFPO).

12.11. Todos os cálculos citados neste item serão considerados até a

segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

12.12. Com base na lista organizada na forma do subitem 12.10, serão convocados para as provas práticas os candidatos aos cargos de Técnico Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidades Segurança e Transporte classificados em até 15 (quinze) vezes o número de vagas oferecidas neste Edital, respeitados os empates na última colocação.

12.13. A Nota Final do Concurso (NF) será o somatório da Nota Final das Provas Objetivas (NFPO) e da Nota da Prova Prática (NPP), para o cargo de Técnico Judiciário Área Administrativa:

$NF = NFPO + NPP$ .

12.14. Para os demais cargos/áreas/especialidades/ramos, a Nota Final do Concurso (NF) será a Nota Final das Provas Objetivas (NFPO).

### 13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1. Para o cargo de Analista Judiciário Área Judiciária, em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P2);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.1.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13.2. Para o cargo de Analista Judiciário Área Apoio Especializado Especialidade Informática, em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P3);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.2.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13.3. Para o cargo de Analista Judiciário Área Apoio Especializado Especialidades Serviço Social, Biblioteconomia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Comunicação Social Ramo Jornalismo e Medicina Ramo Clínica Geral, , em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P2);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.3.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13.4. Para o cargo de Analista Judiciário Área Apoio Especializado Especialidade Medicina Ramos Pediatria, Cardiologia, Ortopedia, GinecologiaObstetrícia e Psiquiatria; Especialidade Odontologia Ramos Dentística, Endodontia, Odontopediatria e Periodontia, em

caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P3);
- b) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais (P2);
- c) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.4.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13.5. Para o cargo de Técnico Judiciário Área Administrativa, em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Específicos (P2);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.5.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13.6. Para o cargo de Técnico Judiciário Área Serviços Gerais Especialidades Segurança e Transporte e Área Apoio Especializado Especialidade Enfermagem, em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Específicos (P2);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.6.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13.7. Para o cargo de Técnico Judiciário Área Apoio Especializado Especialidade Informática, em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Específicos (P3);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P1).

13.7.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

## 14. DOS RECURSOS

14.1. O gabarito oficial preliminar das provas objetivas para todos os cargos/áreas/especialidades/ramos será divulgado no dia 24/10/99, no Setor de Atendimento a Candidatos do CESPE/UnB, localizado no Instituto Central de Ciências ICC Ala Norte, subsolo Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF, e na Internet, exclusivamente no endereço: <http://www.cespe.unb.br>, uma hora após o término das provas aplicadas no período da tarde.

14.2. O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas deverá fazê-lo no período de 25/10 a 8/11/99 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário de 8h às 19h, no Setor de Atendimento a Candidatos do CESPE/UnB ou enviá-lo exclusivamente por meio de SEDEX (Encomenda Expressa) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, endereçada ao

CESPE Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, Campus Universitário Darcy Ribeiro Caixa Postal 04521 Asa Norte CEP 70910-900 Brasília/DF, postado até o último dia do período de recursos. O modelo de formulário para interposição de recurso será definido nas Instruções ao Candidato.

14.3. O resultado provisório das provas práticas de digitação, de direção e de capacidade física será divulgado no dia 21/12/99.

14.4. O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório das provas práticas deverá fazê-lo no período de 22/12/99 a 6/1/2000 (exceto sábados, domingos e feriados).

14.5. O recurso deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

- a) folhas separadas para questões diferentes;
- b) indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pelo CESPE/UnB;
- c) argumentação lógica e consistente;
- d) o recurso deve conter capa, constando o nome, o número da inscrição e a assinatura do candidato;
- e) a identificação do candidato somente deverá ser feita na capa e nunca no corpo do recurso;
- f) o recurso deve ser datilografado ou digitado, sob pena de ser preliminarmente indeferido;
- g) o recurso deve ser entregue em duas vias (original e cópia).

14.6. Recursos inconsistentes e/ou com formato diferente do exigido serão preliminarmente indeferidos.

14.7. A banca examinadora dos recursos será composta de profissionais que não tenham participado da elaboração das provas.

14.8. Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questão, os pontos correspondentes a essas questões serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. As provas objetivas serão corrigidas após a análise dos recursos, de acordo com o gabarito oficial definitivo. Em hipótese alguma, o quantitativo de questões ou itens de cada uma das provas objetivas sofrerá alteração.

14.9. A forma de interposição de recurso contra o resultado provisório das provas de digitação, direção e capacidade física será disciplinada em edital a ser oportunamente publicado no Diário Oficial.

14.10. Os resultados finais das provas objetivas e das provas práticas de digitação, direção e capacidade física serão publicados no Diário Oficial, após apreciação dos recursos pertinentes.

14.11. Não serão aceitos recursos interpostos via fax, Internet ou

correio eletrônico.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O resultado final do Concurso será homologado pelo Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça e publicado no Diário Oficial, Seção 3.

15.2. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Concurso, contidas nos comunicados, nas Instruções ao Candidato, neste Edital e em outros, a serem publicados.

15.3. O Concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Superior Tribunal de Justiça.

15.4. A aprovação e a classificação geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. O Superior Tribunal de Justiça reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

15.5. O candidato aprovado no Concurso, quando convocado para manifestar-se acerca de sua nomeação, poderá dela desistir definitiva ou temporariamente.

15.6. No caso de desistência temporária, o candidato renuncia à sua classificação e passa a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados, aguardando nova convocação, que poderá ou não se efetivar no período de vigência do Concurso Público.

15.7. A posse no cargo fica condicionada à aprovação em inspeção médica a ser realizada pelo Serviço Médico do Superior Tribunal de Justiça e ao atendimento das condições constitucionais e legais.

Para a posse, serão exigidos todos os documentos declarados pelo candidato no ato da inscrição. Exige-se, também, declaração de bens e valores e de não ter vínculo empregatício com o serviço público, salvo dentro do permissivo constitucional, com a opção de vencimentos, se couber.

15.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto ao CESPE/UnB, enquanto estiver participando do Concurso, e ao Superior Tribunal de Justiça, se aprovado.

15.9. Os candidatos habilitados poderão, a critério do Superior Tribunal de Justiça, ser nomeados por outro órgão do Poder Judiciário da União, obedecida a respectiva classificação e conveniência administrativa, com observância da identidade do cargo/área/especialidade/ramo e do expresso interesse do candidato.

15.10. Não serão fornecidas, por telefone, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para

esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial, Seção 3.

15.11. O resultado final do Concurso será publicado no Diário Oficial e afixado no quadro de avisos do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos CESPE, da Universidade de Brasília UnB.

15.12. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.13. Não serão dadas informações por telefone a respeito de datas, locais e horários de provas. O candidato deverá acompanhar cuidadosamente as publicações no Diário Oficial.

15.14. Todas as publicações referentes ao Concurso estarão disponíveis na Internet, nos endereços <http://www.cespe.unb.br> e <http://www.stj.gov.br>, com exceção do previsto no subitem 14.1.

15.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo CESPE/UnB.

## 16. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA (para todas as áreas/especialidades/ramos): 1.

Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual. 3.

Ortografia oficial. 4. Acentuação gráfica. 5. Emprego das classes de palavras. 6. Emprego do sinal indicativo de crase. 7. Sintaxe da

oração e do período. 8. Pontuação. 9. Concordância nominal e verbal.

10. Regência nominal e verbal. 11. Significação das palavras.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO STJ (para a área JUDICIÁRIA): Regimento

Interno do STJ: 1. Parte I: Títulos I e II - artigos do 1.º ao 65.

2. Parte II: Título I - artigos de 66 a 138; Título II - artigos de 139 a 147; Título III - artigos de 148 a 184; Título IV - artigo

185. 3. Parte III: Título I - artigos de 316 a 321; Título II - artigos de 322 a 324; Título III - artigos de 325 a 327.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO STJ (para as demais

áreas/especialidades/ramos): 1. Regimento Interno do STJ: 1.1. Parte

I: Títulos I e II - artigos do 1.º ao 65. 1.2. Parte II: Título I -

artigos de 66 a 138; Título II - artigos de 139 a 147; Título III - artigos de 148 a 184; Título IV - artigo 185. 1.3. Parte III: Título

I - artigos de 316 a 321; Título II - artigos de 322 a 324; Título III - artigos de 325 a 327. 2. Regime jurídico dos servidores

públicos civis federais (Lei n.º 8.112/90 atualizada, DOU de

18/3/98, e posteriores alterações): 2.1. Das disposições

preliminares (artigos do 1.º ao 4.º). 2.2. Do provimento (artigos do

5.º ao 22 e de 24 a 32). 2.3. Da vacância (artigos de 33 a 35).

2.4.



Dos direitos e vantagens (artigos de 40 a 115). 2.5. Do regime disciplinar (artigos de 116 a 142).

LÍNGUA INGLESA (para a área Apoio Especializado especialidade INFORMÁTICA): 1. Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa. 2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

CONHECIMENTOS GERAIS (para a área Apoio Especializado especialidade MEDICINA ramos PEDIATRIA, CARDIOLOGIA, ORTOPEDIA, PSIQUIATRIA e GINECOLOGIAOBSTETRÍCIA)

1. Cuidados gerais com o paciente em medicina interna. 2. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, miocardiopatias e valvulopatias, arritmias cardíacas. 3. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica; embolia pulmonar; pneumonias e abscessos pulmonares; doença pulmonar intersticial; hipertensão pulmonar. 4. Doenças gastrointestinais e hepáticas: úlcera péptica, doenças intestinais inflamatórias e parasitárias, diarreia, colelitíase e colecistite, pancreatite, hepatites virais e hepatopatias tóxicas, insuficiência hepática crônica. 5. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, síndrome nefrótica, litíase renal. 6. Doenças endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo e hipertireoidismo, tireoidite e nódulos tireoidianos, distúrbios das glândulas supra-renais, distúrbios das glândulas paratireóides. 7. Doenças reumáticas: artrite reumatóide, espondiloartropatias, colagenoses, gota. 8. Doenças infecciosas e terapia antibiótica. 9. Distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. 10. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. 11. Emergências clínicas.

CONHECIMENTOS GERAIS (para a área Apoio Especializado especialidade ODONTOLOGIA todos os ramos)

1. Diagnóstico bucal: patologia dos tecidos moles e duros da cavidade oral, cárie, placa bacteriana e doença periodontal. 2. Métodos de prevenção da cárie e da doença periodontal. 3. Flúor. 4. Técnicas de anestesia intra-oral. 5. Princípios básicos do atendimento em odontopediatria. 6. Proteção do complexo dentina-polpa. 7. Materiais restauradores. 8. Princípios gerais do preparo cavitário. 9. Cirurgia oral menor. 10. Emergências em odontologia. 11. Endodontia. 12. Medicação e antibioticoterapia sistêmica. 13. Técnicas radiográficas intra e extra-orais. 14. Efeitos biológicos dos raios-X e interpretações radiográficas. 15. Preparos protéticos: prótese fixa, próteses totais e prótese parcial

removível; materiais e técnicas de moldagens. 16. Terapêutica medicamentosa na rotina de tratamento das principais infecções bucais e estruturas anexas. 17. Terapêutica de emergência/urgência em odontologia. 18. Biossegurança na prática odontológica. 18.1. Hepatites virais (A, B e C). 18.2. AIDS. 18.3. Imunizações. 18.4. Medidas de precaução universal. 18.4.1. Lavagem de mãos (técnicas). 18.4.2. Uso de barreiras protetoras. 18.4.3. Cuidados com instrumental, equipamentos e superfícies. 18.4.4. Descarte de lixo e de material perfuro cortante. 18.4.5. Conduta frente a acidentes de trabalho. 19. Traumatismos em dentes anteriores. 19.1. Exame clínico e radiográfico. 19.2. Classificação. 19.2.1. Lesões das estruturas dentárias mineralizadas e da polpa. 19.2.2. Lesões dos tecidos periodontais. 19.3. Dentição permanente - tratamento e diagnóstico. 19.3.1. Trinca do esmalte. 19.3.2. Fratura não-complicada da coroa. 19.3.3. Fratura complicada da coroa. 19.3.4. Fratura de coroa e raiz. 19.3.5. Concessão. 19.3.6. Subluxação. 19.3.7. Luxação. 19.3.8. Deslocamento completo do dente. 19.4. Dentição decídua - tratamento e prognóstico.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (para a área JUDICIÁRIA)

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição: conceito e tipos; integração, interpretação e aplicação; controle de constitucionalidade das leis. 2. Princípios fundamentais: fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil e princípios norteadores das relações internacionais. 3. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos. 4. Organização do Estado: organização político-administrativa; a União, os estados, o município, o Distrito Federal e os territórios; intervenção; administração pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. 5. Poderes da União. 6. O Poder Legislativo: o Congresso Nacional e suas atribuições; a Câmara dos Deputados; o Senado Federal; o processo legislativo; a fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7. O Poder Executivo: o presidente e o vice-presidente da República; atribuições e responsabilidades do presidente da República. 8. O Poder Judiciário: disposições gerais; o Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados. 9. Funções essenciais à Justiça. 10. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; limitações do poder de tributar; impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; repartição das receitas tributárias. 11. Finanças

públicas: normas gerais; orçamentos. 12. Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica; política agrícola e fundiária e reforma agrária; sistema financeiro nacional. 13. Ordem Social: seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; a família, a criança, o adolescente e o idoso; os índios. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Conceito, fontes e princípios do Direito Administrativo. 2. Administração pública: estrutura administrativa (conceito; elementos; poderes; organização; órgão público); atividades administrativas (conceito, natureza, fins e princípios básicos). 3. Poderes e deveres do administrador público. 3.1. Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 4. Atos administrativos: fatos da administração pública, atos da administração pública e fatos administrativos; formação do ato administrativo, elementos do ato administrativo; a discricionariedade; ato administrativo inexistente; a teoria das nulidades no Direito Administrativo; atos administrativos nulos e anuláveis; teoria dos motivos determinantes; revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 5. Contrato administrativo: conceito e características. 5.1. Formação do contrato administrativo: elementos. 5.2. Execução do contrato administrativo: teorias do fato do príncipe e do fato da administração. 5.3. Reajuste de preços e recomposição do equilíbrio financeiro do contrato (teoria da imprevisão). 5.4. Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas. 5.5. Convênio administrativo: conceito. 6. Licitação: conceito, princípios e modalidades. 6.1. Dispensa e inexigibilidade da licitação: conceitos e diferenças. 7. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. 7.1. Administração pública direta e indireta. 7.2. Concentração e desconcentração de competência. 7.3. Autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista, entidade paraestatal: conceitos e diferenças. 8. Serviço público: conceito, caracteres jurídicos, classificação e garantias. 8.1. O usuário do serviço público. 9. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 10. O Tribunal de Contas da União e suas atribuições. 11. A responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. 11.1. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 12. Lei n.º 9.784/99 (DOU de 1/2/99). 13. Servidor público. 13.1. Regras constitucionais. 13.2. Regime jurídico dos ser